

Pirapora
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Pirapora Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Pirapora Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis



feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pirapora Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

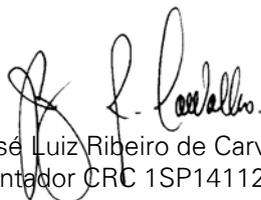
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	31.12.15	31.12.14
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	5.757	4.913
Revendedores.....	5	3.641	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....		7	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....		-	325
Outros créditos.....	6	4.703	-
		<u>14.108</u>	<u>5.238</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Cauções e depósitos vinculados.....		3.683	-
Imobilizado.....	8	162.384	161.231
		<u>166.067</u>	<u>161.231</u>
TOTAL DO ATIVO.....		<u><u>180.175</u></u>	<u><u>166.469</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores.....		198	3.305
Tributos e contribuições sociais.....		100	201
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....		78	-
Empréstimos e financiamentos.....	9	6.549	2.959
Taxas regulamentares.....		468	-
Dividendos.....	11.2	3.896	-
Encargos de uso da rede elétrica.....		26	-
Outros.....		5.812	-
		<u>17.127</u>	<u>6.465</u>
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos.....	9	90.453	100.190
		<u>90.453</u>	<u>100.190</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social.....	11.1	59.390	59.390
Reservas de Lucros.....	11.2	821	-
Dividendo adicional proposto.....	11.2	12.384	695
Lucros (prejuízos) acumulados.....		-	(271)
		<u>72.595</u>	<u>59.814</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		<u><u>180.175</u></u>	<u><u>166.469</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	31.12.15	31.12.14
	Explicativas		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....		<u>27.979</u>	<u>-</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		<u>(3.425)</u>	<u>-</u>
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....		<u>24.554</u>	<u>-</u>
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....		-	(371)
Outras receitas e despesas.....		3	18
		<u>3</u>	<u>(353)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO....		<u>24.557</u>	<u>(353)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas.....	12	1.429	-
Despesas.....	12	(7.951)	(6)
		<u>(6.522)</u>	<u>(6)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		<u>18.035</u>	<u>(359)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes.....	7	(1.358)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....		<u>16.677</u>	<u>(359)</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ATRIBUÍVEL A :.....			
Acionistas controladores.....		<u>16.677</u>	<u>(359)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCRO	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		RESERVA LEGAL			
Saldos em 31 de dezembro de 2013.....	26.476	88	695	-	27.259
Absorção reserva legal.....	-	(88)	-	88	-
Capital Integralizado.....	32.914	-	-	-	32.914
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	(359)	(359)
Saldos em 31 de dezembro de 2014.....	59.390	-	695	(271)	59.814
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	16.677	16.677
Constituição de reserva legal.....	-	821	-	(821)	-
Dividendo mínimo obrigatório.....	-	-	-	(3.896)	(3.896)
Dividendo adicional proposto.....	-	-	11.689	(11.689)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015.....	59.390	821	12.384	-	72.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Atividades operacionais</u>		
Resultado do exercício.....	16.677	(359)
Depreciação/ amortização.....	984	-
Juros sobre empréstimos.....	7.940	792
<u>Variações nos ativos e passivos</u>		
Contas a receber de clientes	(3.641)	-
Tributos a recuperar.....	318	(218)
Outras contas a receber.....	(4.703)	-
Cauções e depósitos vinculados.....	(3.683)	-
Fornecedores.....	(3.107)	1.700
Folha de pagamento e obrigações sociais.....	(23)	-
Outras contas a pagar.....	6.306	-
	17.068	1.915
Juros pagos com empréstimos.....	(7.551)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	9.517	1.915
<u>Atividades de investimentos</u>		
Aquisição de imobilizado.....	(2.137)	(82.867)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.137)	(82.867)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Dividendos pagos.....	-	(232)
Novos empréstimos e financiamentos.....	-	34.542
Pagamentos de empréstimos e financiamentos.....	(6.536)	-
Integralização de capital.....	-	32.915
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(6.536)	67.225
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	844	(13.727)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	4.913	18.640
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	5.757	4.913
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	844	(13.727)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2015	2014
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITAS		
Receitas operacionais.....	29.039	-
Outras receitas.....	3	18
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	46.901	82.867
	75.943	82.885
Menos:		
INSUMOS		
Energia elétrica comprada para revenda.....	1.290	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	409	-
Serviços de terceiros.....	1.576	75.209
Materiais.....	45.387	267
Outras despesas.....	613	7.762
	49.275	83.238
VALOR ADICIONADO BRUTO	26.668	(353)
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO.....	(984)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	25.684	(353)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras.....	1.429	-
	1.429	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	27.113	(353)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Impostos, taxas e contribuições:		
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	58	-
	58	-
Federais :		
Imposto de renda e contribuição social.....	1.357	-
COFINS/ PIS.....	1.060	-
	2.417	-
	2.475	-
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros e encargos de dívidas.....	7.951	6
Arrendamentos e aluguéis.....	10	-
	7.961	6
Remuneração de Capitais Próprios:		
Lucros retidos / Lucro do exercício.....	16.677	(359)
	16.677	(359)
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	27.113	(353)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pirapora Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico, integrante da administração indireta do Estado de São Paulo como subsidiária integral da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A..

É uma Companhia de capital fechado . Está sediada na cidade de São Paulo (SP), Avenida Nossa Senhora do Sabará, 5.312, Bairro Pedreira, CEP 04447-011.

A Pirapora Energia S.A. tem por objetivo: administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela Pequena Central Hidrelétrica Pirapora.

Em 22/12/2010, sua controladora (EMAE) constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A. ("Pirapora") A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada.

A fase de construção da PCH Pirapora foi concluída em dezembro de 2014.

Em 30 de julho de 2010, a Companhia foi vencedora do 10º Leilão da ANEEL A-5, cuja a previsão de início da entrega de energia foi de 1 de janeiro de 2015, com prazo de 30 anos. O preço médio definido foi de R\$ 154,49 R\$/mwh.

Em 03.01.2015, devido a falhas de dimensionamento no projeto executivo, foi necessário a paralização das duas unidades geradoras.

Imediatamente o Consórcio PCH Pirapora, responsável pela obra, foi acionado pela Administração da EMAE e, em conjunto, alinharam um plano de trabalho para a realização das recuperações necessárias para o retorno das operações das duas unidades geradoras.

Em decorrência, em 30.03.2015 foi firmado aditivo ao contrato, prorrogando-se o prazo contratual, para 31.10.2015, ratificando-se a cláusula prevista no contrato original, de que o Consórcio se compromete a garantir todo o empreendimento, pelo prazo de 60 meses, a partir da data de entrada em operação das duas unidades geradoras e, em consequência, todos os custos inerentes.

Seguindo o cronograma definido no plano de trabalho o retorno da primeira unidade de geração ocorreu em julho/2015 e a segunda unidade em outubro/2015.

Cabe destacar que, cláusula constante do aditivo contratual, reserva à EMAE, o direito de demandar a reparação de danos eventualmente sofridos até a data a data de assinatura do instrumento, ou seja, 30.03.2015

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2016.

2.2 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

As fontes de receita referem-se a:

(i) Venda de Energia no ambiente de contratação regulado (Leilão)

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases dos contratos com as distribuidoras de energia, administrados pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

3.2 Imobilizado

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, ou prazo da autorização, dos dois o menor. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 8.

3.3. Receitas e despesas com juros

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida em que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos.

3.4 Impostos e encargos setoriais sobre vendas

Os principais impostos e contribuições que incidem sobre as receitas de vendas são os seguintes:

Imposto de Renda - 15% mais adicional de 10% sobre a base de cálculo correspondente ao coeficiente aplicado sobre o total das receitas.

Contribuição social sobre o lucro líquido - 9% sobre a base de cálculo correspondente ao coeficiente aplicado sobre o total das receitas.

Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica

Encargos setoriais - correspondem aos valores gastos a título de compensação financeira de recursos hídricos e a taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica.

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classificou seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: i.) "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado"; ii) "empréstimos e recebíveis"; e iii) "ativos financeiros disponíveis para venda".

i.) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Nessa categoria foi classificado o caixa e equivalentes de caixa em razão de sua rápida conversibilidade em espécie e em razão, também, de seu uso para liquidar as operações de curto prazo da Companhia. A curva da remuneração dos equivalentes de caixa é próxima aos valores de mercado, razão pela qual não foi registrado nenhum ajuste a valor de mercado.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos na data de sua aquisição (data de liquidação) sendo as mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros, reconhecidas no resultado do exercício.

ii.) Empréstimos e recebíveis

Nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estejam cotados em mercado ativo. Dessa forma, a Companhia classificou nessa categoria seus principais instrumentos financeiros: Consumidores, Revendedores, Arrendamento UTE Piratininga, Ativo reversível da concessão e Empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” foram registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação e mensurados posteriormente pelo custo amortizado.

iii.) Ativos financeiros mantidos para venda

A Companhia classificou nessa categoria os seguintes instrumentos financeiros: Ativo financeiro indenizável e Cauções e depósitos vinculados. Esses itens são instrumentos financeiros sem um mercado ativo e com pagamento ainda não determinável.

3.6 Redução ao valor recuperável de ativos

i. Ativos financeiros

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A provisão constituída para redução ao valor recuperável de ativos financeiros está apresentada na nota explicativa 11.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

3.7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

O IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

O IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1/01/2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desse pronunciamento.

- IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

O IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera 5 passos: (1) identificação do contrato com o cliente; (2) identificação da obrigação definida no contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de performance do contrato e (5) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de performance.

Com a IFRS 15, a entidade passa a reconhecer a receita quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente e estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desse pronunciamento.

A nova norma é aplicável a partir de ou após 01/01/2018.

- IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

O IFRS16 introduz o modelo único para contabilização de arrendamentos estabelecendo que o arrendatário deve reconhecer, com limitadas exceções, ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

Essa norma é aplicável a partir de 1/01/2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.15	31.12.14
Caixa e bancos conta movimento.....	1.165	1
Aplicações financeiras	4.592	4.912
	5.757	4.913

A Companhia aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou em 31.de dezembro de 2015 0,9030 % ao mês (0,8240% em 31 de dezembro de 2014).

5 REVENDEDORES

	31.12.15	31.12.14
a) Suprimento de Energia		
Fornecimento de energia para revendedores.....	3.641	-

A Companhia não possui itens em atraso e por isso não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6 OUTROS CRÉDITOS

	31.12.15	31.12.14
<i>GSF (Generation Scaling Factor) Garantia física.....</i>	4.703	-
	4.703	-

GSF- Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Pirapora Energia autorizou a Empresa a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº. 684/2015.

Por meio do Ofício “OF/A/023/2016” de 28 de janeiro de 2016, o pleito foi encaminhado para a ANEEL, optando pela repactuação do risco hidrológico pela classe de produto SP100.

Em 25 de janeiro de 2016, por meio do Despacho no. 189, a ANEEL resolve anuir conforme Termo de Repactuação no. 92/2016, que tornou eficaz com a renúncia do direito de discutir o assunto em qualquer esfera judicial, arbitral ou administrativa.

A crise hídrica, de forma geral, afetou a produção das empresas geradoras. Para suprir os contratos regulados, a empresa adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e, com a repactuação esses custos foram elevados para R\$ 4.703.

O referido crédito será utilizado no pagamento do prêmio de cobertura do risco hidrológico correspondente ao produto SP100 (cobertura total), na ordem de R\$ 1.332/ano.

7 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2015	
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita com venda De Energia Elétrica.....	29.040	29.040
Receita Financeira.....	1.429	1.429
Ganho Não Operacional.....	3	3
BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO:.....		
Energia Elétrica (a).....	2.323	3.485
Receita Financeira (b).....	1.429	1.429
Ganho Não Operacional (b).....	3	3
BASE DE CÁLCULO.....	3.755	4.917
Imposto De Renda (25%) (c).....	(915)	-
Contribuição social (9%).....	-	(443)
Tributo corrente do exercício.....	(915)	(443)

(a) Corresponde a 8% da base de cálculo para o IR e 12% para a CSLL

(b) Corresponde a 100% do valor da base de cálculo

(c) Corresponde a 15% mais adicional de 10%

No exercício de 2014 não houve despesa com imposto de renda e contribuição social.

Durante o exercício de 2015, Pirapora Energia S.A, optou pela tributação pelo lucro presumido.

8 IMOBILIZADO

PIRAPORA	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em		Transferência	Depreciação do período	Saldo em
		31.12.14	Adições			
Em serviço						
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	0,5%	-	-	49.910	(262)	49.648
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	0,5%	-	2.137	47.024	(231)	48.930
Máquinas e Equipamentos.....	0,8%	-	-	64.295	(491)	63.804
Móveis e Utensílios.....	0,1%	-	-	2	-	2
Subtotal.....		-	2.137	161.231	(984)	162.384
Em curso.....						
		116.466	-	(116.466)	-	-
Adiantamento a fornecedores.....		44.765	-	(44.765)	-	-
Total		161.231	2.137	-	(984)	162.384

No exercício findo em 31.12.2015 a Companhia teve uma paralização nas suas operações devido a uma quebra de equipamento uma das suas unidades, bem como o aumento das

taxas de juros, esses fatores internos e externos indicaram uma possível perda no valor recuperável de ativos não financeiros, e desta forma a Administração realizou teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixas descontados baseados nas seguintes premissas: (i) período de autorização findo 31 de dezembro de 2044 e; (ii) quantidade e preço de venda de energia contratada no ambiente regulado. Os fluxos de caixas foram descontados pela taxa de desconto regulatória após tributos (WACC ANEEL) de 10,6%. A Administração concluiu que não há necessidade de realização de provisão ao valor recuperável dos seus ativos.

9 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012 a Companhia, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representa 80% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 31 de dezembro de 2015, o valor total atualizado do financiamento era de R\$ 97.002, (R\$ 103.149 em 2014), sendo R\$ 6.549 classificados como passivo de curto prazo (R\$ 2.959 em 2014) e R\$ 90.453 como passivo não circulante (R\$ 100.190 em 31 de dezembro de 2014).

O vencimento será em 15/09/2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

Para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado com o BNDES, como o principal e juros da dívida, comissões, multas e outras despesas, a Pirapora cedeu fiduciariamente ao BNDES, os direitos creditórios provenientes dos Contratos de Compra de Energia Elétrica Incentivada - CCEI.

A cessão fiduciária mencionada, abrangerá os créditos que venham a ser depositados na "Conta Centralizadora", na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e na "Conta Para Sobrecustos", até o pagamento integral de todas as obrigações contratuais.

Como interveniente, a EMAE cedeu fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios provenientes do Contrato de Arrendamento firmado com a Baixada Santista Energia SA., Essa garantia, entretanto, foi liberada pelo BNDES, mediante autorização explicitada por meio da Carta AIE/DEAL no. 053/2015, de 09 de abril de 2015. O aditivo contratual que abrange a referida liberação encontra-se no BNDES, em fase final de assinaturas."

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atendeu plenamente os *covenants* qualitativos e quantitativos.

Os *covenants* quantitativos serão calculados anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015, conforme previsto no contrato de financiamento da Companhia. Anualmente, será preciso apresentar os seguintes índices ao BNDES:

1) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICSD de, no mínimo 1,20 a ser calculado conforme previsão contratual.

a) Geração de caixa - **EBITDA no ano de referência 2015**

	R\$ mil
(+) Lucro bruto	24.554
(+) Depreciação	984
(=) EBITDA	25.538

b) Serviço da dívida

	R\$ mil
(+) Principal	6.536
(+) Juros	7.551
(=) Total pago	14.087

c) Cálculo do ICSD (a/b)

Mínimo exigido : 1,20

$$\frac{EBITDA}{\text{Serviço da dívida}} = \frac{R\$ 25.538}{R\$ 14.087} = R\$ 1,81$$

2) ICP - Índice de Capitalização Próprio

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICP de, igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total.

Mínimo exigido : Igual ou superior a 30%

$$\frac{\text{Patrimônio líquido}}{\text{Ativo total}} = \frac{R\$ 72.595}{R\$ 180.175} = 40,3\%$$

10 MÚTUO COM A CONTROLADORA EMAE

A Companhia no ano de 2015 recebeu da sua controladora EMAE, o montante de R\$ 4.588 a título de contrato de Mútuo. O contrato de Mútuo de prazo de 12 meses com a possibilidade de prorrogação para 24 meses, sendo a taxa de juros aplicada de 0,28% ao mês acrescida da variação mensal do IPC-A.

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 59.390 está dividido em ações ordinárias de propriedade da EMAE, sua controladora, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

11.2 Reserva de Lucros

	2015
Resultado do exercício.....	16.677
(-) Prejuízos acumulados.....	(271)
Lucro líquido do exercício.....	16.406
Reserva Legal (5%).....	821
Resultado após reserva legal.....	15.585
Dividendo Obrigatório (25%).....	3.896
Dividendo adicional proposto.....	11.689

12 RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.15	31.12.14
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	868	792
Ganho adesão GSF.....	539	-
Outras.....	22	-
	1.429	792
Despesas		
Juros BNDES.....	(7.940)	(8.299)
Juros Capitalizados.....	-	7.507
Outras.....	(11)	(6)
	(7.951)	(798)
	(6.522)	(6)

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	31.12.15	31.12.14	Classificação
Caixa e equivalentes de caixa.....	5.757	4.913	Valor justo por meio do resultado
Revendedores.....	3.641	-	Empréstimos e recebíveis
Outros créditos.....	4.703	-	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados.....	3.683	-	Disponível para venda
Fornecedores.....	198	3.305	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos.....	97.002	100.190	Passivo financeiro pelo custo amortizado

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). [deve ser incluída uma tabela identificando a classificação dos ativos e passivos financeiros, classificados nesses três níveis]

	<u>Nível I</u>	<u>Nível II</u>	<u>Nível III</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	X	X	
Cauções e depósitos vinculados.....		X	

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas, com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

(a.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(a.2) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não

haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

(a.3) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(a.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária, e em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 31 de dezembro de 2014, com CDI overnight de 11,51% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2015	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
CDI		14,13%	10,60%	7,07%
Aplicações financeiras	1.592	225	169	113

A Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 31 de dezembro de 2015, referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 5% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2015	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
TJLP	7,76%	7,76%	9,70%	11,64%
Liberado pelo BNDES	97.002	7.527	9.409	11.291

Fonte: TJLP (BNDES).

(a.5) Risco de liquidez

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	198	-	-	-	-	198
Empréstimos e financiamentos (BNDES).....	4.695	9.391	10.924	64.619	83.749	173.378
Total	4.893	9.391	10.924	64.619	83.749	173.576

(a.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômicos-financeiros e outros. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia está em conformidade dos termos dos *covenants*.

(a.7) Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. Em relação à PCH Pirapora, de propriedade da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, aderiu a repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100 (cobertura total) conforme nota 6.

(a.8) Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia .

(a.9) Risco de alteração na legislação tributária

O governo federal poderá implementar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia , principalmente se aumentarem a carga tributária.

14 EVENTOS SUBSEQUENTES:

Em 07 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulico da unidade geradora - UG2, foi determinado pela área técnica, o desligamento emergencial da UG2. A ocorrência foi comunicada à ANEEL em 20 de janeiro de 2016.

A previsão de retorno à condição operacional é para 15 de agosto de 2016.

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também, a existência de problemas nas pás do rotor. Fato que tornou obrigatório a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

A ocorrência foi comunicada à ARSESP e a ANEEL em 18 de março de 2016.

A previsão de retorno à condição operacional é para 17 de junho de 2016.

Cabe destacar que como as unidades geradoras - UG1 e UG2, encontram-se no período de garantia, os serviços serão realizados pelo Consórcio responsável pela implantação da PCH Pirapora.

A Administração entende que poderá utilizar o Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") para suprir os contratos de venda de energia ("CCEAR").